

Estudo de caso no Ponta Porã Informa: notícias sobre feminicídio na fronteira sul-mato-grossense¹

Rafaela Alvarenga FLÔR;²
Daniela Cristiane OTA³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

RESUMO

O presente artigo utiliza a metodologia do Estudo de Caso para analisar notícias publicadas no jornal *online* Ponta Porã Informa entre 2016 e 2021, a fim de apreender as possíveis relações estabelecidas entre feminicídio e territorialidade. Optou-se por averiguar, nas seis publicações autorais encontradas, quais eram as características jornalísticas que os textos apresentavam. No que tange à rotina de trabalho do veículo, o jornalista e proprietário, Sebastião Prado, foi entrevistado para indicar quais são os procedimentos e contextos que a imprensa está submetida na fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai. Entre os resultados encontrados, observou-se a pouca estrutura de trabalho; a relação entre imprensa e órgãos de segurança é distanciada; não há interesse em publicar atualizações dos casos; a violência contra os jornalistas reprime os profissionais.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Feminicídio; Território; Fronteira; Mato Grosso do Sul.

Introdução

A fronteira imaginária que divide Ponta Porã (Mato Grosso do Sul/Brasil) e Pedro Juan Caballero (Departamento de Amambay/Paraguai) elucida o binacionalismo, a territorialidade a partir das características identitárias - como a linguagem que surge a partir de sotaque que mistura o castelhano com o português, a culinária, a música e os costumes tradicionais que envolvem religião e folclore. No entanto, também apresenta o contexto de violência causado pelo narcotráfico e ilegalidades que estão presentes na região, demonstrado em notícias e reportagens veiculadas em canais de imprensa regionais e nacionais. E ainda nesse universo multicultural⁴ (SEMPRINI, 1999)

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e jornalista pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: rafsa.flor@gmail.com

³ Orientadora deste trabalho e professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: daniela.ota@ufms.br

englobado na fronteira, evidenciamos também outras violências como a contra a mulher e os feminicídios que rondam a vivência das mulheres fronteiriças.

De acordo com dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, houve queda nos registros de casos de feminicídio em todo o Brasil entre 2020 e 2021. Contudo, a taxa de mulheres assassinadas em Mato Grosso do Sul para cada 100 mil mulheres é de 2,6, mais que o dobro do que corresponde ao Brasil, que é 1,2. O estado possui histórico de números elevados de violência, por exemplo, em 2020 foi o ano que mais obteve registros de feminicídio desde a sanção da Lei nº 13.104/2015, segundo o relatório do Mapa do Feminicídio de 2020, publicado pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso do Sul. Apesar de grande parte desses registros serem provenientes de uma tipificação correta do crime durante a elaboração do boletim de ocorrência e resultado das atividades conscientizadoras promovidas pelas autoridades presentes na Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande, capital do estado, ainda são preocupantes as situações violentas as quais as mulheres estão submetidas.

Outro apontamento a ser observado refere-se ao atravessamento que a pandemia de Covid-19 teve na violência contra a mulher no Brasil (BUENO, *et al*, 2021), cujo isolamento social e maior convivência entre vítima e agressor causou a redução de denúncias, mas não de casos. Não obstante, a facilitação do acesso às armas de fogo durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro pode ter influenciado ainda no aumento de casos de feminicídios, pois houve mais de 400 mil novos registros de porte e posse de armas de fogo, sendo 96% direcionadas aos homens - favorecendo o aumento de casos de feminicídio (GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, 2022). Em contrapartida ao número ostensivo de violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul, iniciativas governamentais do estado foram criadas para tentar

⁴ Semprini (1999) define o multiculturalismo como uma maneira de grupos ou movimentos sociais se identificarem por valores comuns, estilo de vida homogêneo e o sentimento de pertencimento por uma experiência de marginalização. O autor também defende que as características socioculturais fazem parte da construção multiculturalista por ser definida no espaço social. Devido a isso podemos afirmar que, numa região fronteiriça, existe uma identidade formada por contextos específicos e únicos, que ainda carregam influências históricas, econômicas e sociais de modo geral. E os meios de comunicação também são responsáveis por utilizar o multiculturalismo para construir e reforçar uma identidade.

combatê-la, por exemplo o Programa Mulher Segura (Promuse) da Polícia Militar, e o projeto Não se Cale, da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres - ambos com estrutura de atuação em Ponta Porã.

Além disso, as relações patriarcais herdadas pelo processo de colonização portuguesa e espanhola podem ter raízes com a prevalência de casos de violência. Nesse sentido, McClintock (2010) explica que numa nação, o nacionalismo opera pela diferença nas relações de gênero, pois as fronteiras do poder nacional e simbólico entre os homens excluem as mulheres da ação direta da cidadania. Nossos corpos são vistos como territórios a serem empossados e dominados a partir do imaginário colonialista. Identificá-lo como território nos dá a dimensão da problemática da violência como forma de demonstrar força, poder, hierarquia e delimitações que restringem a vivência de uma mulher no espaço que ela deve ocupar, precisando estar subordinada e refém do patriarcado e da misoginia (SEGATO, 2016).

Numa perspectiva sob a construção identitária de uma nação, Kathryn Woodward (2013) afirma que as mulheres são colocadas em posições-de-sujeito, cabendo aos homens serem o ponto de referência, “as mulheres são os significantes de uma identidade masculina partilhada, mas agora fragmentada e reconstruída, formando identidades nacionais distintas, opostas” (WOODWARD, 2013, p. 10).

Propomos neste trabalho compreender de que forma os aspectos sociais que sustentam a violência contribuem para as ocorrências de casos de feminicídios e de que maneira a territorialidade está inclusa na manutenção de atos violentos contra a mulher. O presente artigo oriunda de resultados obtidos a partir da continuidade da pesquisa anteriormente apresentada neste Congresso, em 2022, sob título “Feminicídio e Fronteira: uma análise da cobertura jornalística em Ponta Porã (MS)” (FLÔR, 2022), em que foi observada a prevalência de textos sucintos sobre assassinatos de mulheres, nenhuma atualização dos casos e pouco interesse em aprofundar questões relacionadas à violência contra a mulher.

Para melhor compreender a dinâmica jornalística local, optamos pela metodologia do Estudo de Caso (YIN, 2015) focada no jornal *online* Ponta Porã

Informa, utilizando as notícias já publicadas sobre nosso tema de pesquisa e levantadas anteriormente em pesquisa de campo. Também realizamos uma entrevista com o jornalista Sebastião Prado, responsável pelo veículo, a fim de apreender acerca da rotina de trabalho que ele está envolvido. Yin (2015) identifica o método como um agregador para fins de conhecimentos de atividades individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticas, podendo ser utilizado por diferentes áreas na pesquisa científica - desde que haja o interesse em entender esses fenômenos sociais complexos.

Territorialidade e construção da mulher na identidade

Para que possamos falar das relações estabelecidas entre a territorialidade da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a construção da mulher no imaginário social local, é necessário recorrer à interdisciplinaridade como caminho, aplicando alguns conceitos da Geografia e Sociologia, para assim entendermos quais são os possíveis elos que território, espaço e cultura têm com as violências contra a mulher, sobretudo em casos de feminicídio.

Milton Santos (1996) definiu território como sendo onde um determinado povo estabelece e ocupa uma área delimitada, construída e desconstruída por relações de poder. No entanto, também devemos considerar que nesta construção se incluem as dimensões simbólicas. Para iluminar as características culturais e tradicionais que constroem uma sociedade, Rogério Haesbaert (2014) menciona o conceito de territorialidade, cujo significado une as referências simbólicas e históricas de um território.

Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato e/ou epistemológico de 'qualidade ou condição de ser território' quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade - e o mesmo dir-se-ia da espacialidade - possui um território (no sentido de sua efetiva realização material)" (HAESBAERT, 2014, p. 167).

Haesbaert (2014) argumenta que a territorialização, definida pela junção de processos com dinâmicas de dominação e simbólico-identitárias, incorpora a dimensão simbólica de alguma forma, mas "nem todo território necessita ter clara e preponderante 'carga simbólico-identitária'" (p.168). Para o autor, os

processos de territorialização estão englobados na lógica capitalista, como também problematiza as práticas materiais-funcionais da dominação do território, ainda que esteja direcionada também para a valorização simbólica da ‘sociedade do espetáculo’, quando autores associam “[...] o território ao campo das práticas (ou dos “usos”) sociais” (HAESBAERT, 2014, p. 168).

A partir de um olhar multidimensional para a territorialidade, Saquet (2009) elabora uma abordagem histórica e relacional que integra o território e a territorialidade à identidade. Por isso, o autor entende que ela é “um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social” (SAQUET, 2009, p. 8).

Segundo Saquet (2009), a identidade é derivada da construção das múltiplas relações-territorialidades desenvolvidas diariamente, precisando de obras materiais e imateriais para compô-las. Por isso, o autor menciona as manifestações culturais presentes em Pato Branco, no Paraná, mantidas até hoje pelos descendentes de imigrantes poloneses e alemães como exemplos de como a identidade se relaciona com o território.

As relações e regras estabelecidas para os papéis sociais de gênero também são manifestadas pela simbologia construída na cultura e no imaginário de uma comunidade. Por exemplo, Woodward (2013) argumenta que as mulheres são colocadas em lugares do dualismo, associadas à natureza, ou às emoções, ou ao coração, retirando-as do campo da racionalidade ou da cabeça. E “é por meio desses dualismos que as mulheres são construídas como ‘outras’, de forma que as mulheres são apenas aquilo que os homens não são” (WOODWARD, 2013, p. 53).

A territorialidade, para Rita Segato (2016), passou por uma mutação em si mesma, pois por entendê-la como um conceito particular e historicamente definida pelo território, os sujeitos são co-produzidos por cada época e discurso de cada forma de governo, por isso os elementos da experiência territorial que a constitui não é fixa, “pode-se dizer também que essa forma contemporânea de territorialidade em rede é um dispositivo através do qual os indivíduos são atraídos para a adesão, recrutados e marcados” (SEGATO, 2016, p. 67).

Para Segato (2016), que relaciona a violência contra a mulher e território a partir do conceito de biopoder de Foucault, a territorialidade impacta de maneira diferente para as mulheres, já que elas são também consideradas um território.

O corpo e sobretudo o corpo da mulher, pela sua afinidade arcaica com a dimensão territorial, é, aqui, a moldura ou tabuleta sobre a qual se estão inscritos sinais de adesão. Os atributos de associação codificados são gravados ou anexados a ele. E nele, sobretudo no corpo feminino e feminizado, os inimigos da rede registram viciosamente os sinais de seu antagonismo (SEGATO, 2016, p. 69).

A violência se faz presente na experiência de ser mulher também pela construção simbólica, cuja imagem masculina é posta em destaque devido ao caráter patriarcal herdado pela história. Saffioti (2019, p. 150) diz que "no caso específico da violência masculina contra a mulher, o agressor parte da premissa de que a mulher é tão somente o objeto de suas ações", justamente pelo privilégio histórico dado ao homem.

Ou seja, a mulher é desumanizada e despersonalizada quando se torna vítima da violência, pois "os homens dispensam às mulheres um tratamento de não sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nessa direção" (SAFFIOTI, 2019, p. 151) quando aceitam, concordam e corroboram para a manutenção do machismo, da misoginia e do patriarcado que sustentam a violência. No entanto, diz Saffioti (2019) que isso não significa que a mulher seja cúmplice da violência de gênero, até porque é dada pela organização social de gênero na qual o homem tem praticamente o poder de vida ou morte sobre a mulher, afinal, a enxerga como mero objeto.

Estudo de Caso do Ponta Porã Informa

O Ponta Porã Informa foi selecionado para compor este trabalho porque foi o único que apresentou o requisito de ter publicações no período de 2015 a 2021 sobre acontecimentos que envolviam mulheres assassinadas em Ponta Porã. O veículo está ativo desde outubro de 2013, criado por Sebastião Prado quando houve oportunidade de produzir conteúdo informativo para o *Facebook*.

Escolhemos o Estudo de Caso como método neste trabalho por tornar possível realizar "uma investigação empírica que investiga um fenômeno

contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto do mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (YIN, 2015, p. 17), porém é necessário investigá-lo com “múltiplas fontes de evidência, com dados precisando convergir de maneira triangular” (YIN, 2015, p. 18).

Para Yin (2015), um estudo de caso baseado na triangulação, ou seja, que sustenta a descoberta em mais de uma única fonte de dados, torna os resultados mais confiáveis. No caso deste trabalho, atingimos a triangulação ao cruzarmos a pesquisa de campo a partir do levantamento de dados feito na pesquisa de campo, junto com a análise do material que conseguimos extrair e a entrevista realizada com o jornalista Sebastião Prado - proprietário do jornal que propomos o estudo.

Em entrevista realizada pessoalmente, ao ser questionado sobre o processo produtivo das notícias, Sebastião Prado (2023) respondeu que contratou uma empresa de Rondonópolis (Mato Grosso) para alimentar o site com informações nacionais, enquanto que os acontecimentos regionais e locais são publicados por uma jovem residente em Amambai - outro município fronteiro de Mato Grosso do Sul -, que os escolhe e reproduz de outros jornais, principalmente de Campo Grande, e não é jornalista. Além disso, Prado (2023) também contou que existem acordos com prefeituras de outros municípios do estado para publicar materiais produzidos pelas assessorias de imprensa.

Com referência em como as pautas locais chegam ao jornal e de que maneira é feita a apuração ou acompanhamento dos casos, principalmente quando a pauta é policial e envolve homicídio - não apenas feminicídio -, Prado (2023) afirmou que é por meio de mensagens recebidas em grupos de *WhatsApp*, tanto entrevistas quanto fotografias do ocorrido. E, quando acha pertinente, vai até o local pessoalmente para cobrir o fato. No entanto, o jornalista contou que prefere fazer a apuração à distância e se envolver pouco, pois considera perigoso aprofundar pautas ou buscar mais informações além das que já foram expostas por testemunhas ou policiais.

Em determinados momentos da entrevista, ficou evidente a violência na qual os jornalistas estão submetidos na rotina de trabalho. Prado (2023) apresentou mais de um relato em que havia sido ameaçado em decorrência de alguma publicação feita no Ponta Porã Informa.

Por exemplo, o cara que matou o Jorge Rafaat, o núcleo dele é muito forte, aí um dia tinha uma matéria e eu publiquei no caderno em castelhano. A matéria teve 35 mil visualizações. Aí eu, que fico acordado durante a madrugada, atendi uma ligação, “você pode não acreditar, nós manda avisar você pra esquecer dele. Você publicou uma matéria assim assim, então você tira do ar, porque se começar a se meter com nós, nós vamos aí na sua casa e vamos matar até seu cachorro”. Aí eu falei que tirava, mandei pra ele que tinha tirado (PRADO, 2023, em entrevista).

O jornalista lembrou quais foram os colegas e amigos assassinados por pautarem sobre as atividades ilegais que ocorrem na fronteira e fazerem denúncias em programas jornalísticos na rádio ou em portais de notícias. Neste momento da entrevista, Prado (2023) citou que se os trabalhadores do judiciário, que possuem seguranças, sentem medo de estarem na fronteira e lidarem com a máfia, “imagina nós”.

Outro ponto relevante a se mencionar é uma característica da rotina de trabalho que se tornou mais evidente após a entrevista com Prado (2023) e que foi verificada na análise das notícias: a relação entre a imprensa e as fontes policiais. Segundo Prado (2023), é raro que as autoridades da polícia o atendam para realizar alguma entrevista ou checagem de informações, ficando restritas ao anonimato quando fornecidas durante a apuração do acontecimento. Foi possível constatar, em relação às notícias analisadas, que a maioria não apresentava indícios de quais fontes policiais foram consultadas. Quando perguntado sobre procurar os órgãos de segurança para receber informações sobre casos de feminicídio, Prado (2023) foi enfático:

Não dá. Primeiro que eles não atendem a gente. Esses dias quase saí preso de lá. Eu não lembro o que tinha e eu queria falar com a delegada, aí ligava lá e não atendia. Aí pedi um horário para eu ir, cheguei, tentei falar e o cara me ameaçou prender por desacato (PRADO, 2023, em entrevista).

Na pesquisa de campo, encontramos o total de 27 notícias, sendo: duas em 2015, seis em 2016, duas em 2017, em 2018 não houve publicação, quatro em 2019, sete em 2020 e seis em 2021. Separamos o material entre autorais e não-autorais, pois percebemos que muitas notícias eram reproduções de outros jornais, por isso escolhemos as que eram autorais e que seriam suficientes para analisar a dinâmica do fazer jornalístico do veículo. Após essa etapa, restaram seis notícias que foram analisadas utilizando categorias técnicas (autoria, editoria, fontes de informação, fotografias) e empíricas (se a morte foi considerada como feminicídio no título ou no corpo do texto; se houve cobertura dos desdobramentos do acontecimento; se há culpabilização da vítima ou atenuamento do assassinato).

Abaixo apresentamos as análises de notícias autorais e publicadas a partir de 2016, porque em 2015 não haviam publicações. As notícias podem ser verificadas na íntegra por meio dos *links* disponibilizados nas notas de rodapé. Em um panorama geral a respeito das características técnicas que encontramos, todas eram da editoria policial, foram escritas e publicadas por Dora Nunes, advogada e casada com Prado. As notícias são curtas e sucintas, com poucos parágrafos e podem ser consideradas como notas. As fontes entrevistadas aparecem pouco nos textos e não são explícitas com nomes. Há publicação de imagens junto com as notas.

- Mulher baleada em boate pelo ex não resiste aos ferimentos e morre⁵
 - A. Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, apesar de ser uma notícia de 2016, não há qualquer menção ao crime de feminicídio, mas cita homicídio.
 - B. Há contexto de um caso de feminicídio? Sim, sobretudo ao mencionar que haviam ameaças constantes por não aceitar o fim do relacionamento.
 - C. Houve atualização de informações ou desdobramentos? Em todo o levantamento feito, não constou nem uma notícia a esse caso

⁵ Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/p-pora-mulher-baleada-em-boate-pelo-ex-nao-resiste-aos-ferimentos-e-morre/> Acesso em 5 jun. 2023

anteriormente - ainda que fosse publicado como reprodução total de outro veículo.

D. A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Apesar do local em que a mulher foi baleada estar em evidência no título, uma boate, aparenta que a escolha foi para contextualizar sobre qual caso estava sendo referido. No entanto, não há notícias anteriores que citam esse acontecimento em específico. É importante citar que o contexto reflete sobre a violência contra a mulher quando há informações de que a vítima era constantemente ameaçada, caracterizando um caso de feminicídio num período em que a lei já era válida e mesmo assim não é sequer citada.

- Mulher é assassinada a tiros dentro de residência na fronteira⁶
- A. Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Assim como a notícia anterior, menciona-se apenas como homicídio, mesmo que já houvesse a lei do feminicídio.
- B. Há contexto de um caso de feminicídio? Sim, a notícia descreve contexto de violência contra a mulher, menciona o suspeito como sendo o ex companheiro da vítima e a maneira que ela foi morta - dentro de casa e com os filhos presentes.
- C. Houve atualização de informações ou desdobramentos? Ao longo do levantamento realizado, não foi publicada qualquer atualização sobre o caso, nem se a polícia encontrou o suspeito na busca que Nunes (2016) cita no texto.
- D. A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios textuais de culpabilização da vítima, mas o autor recebeu menos ênfase do que a vítima ao decorrer da história. O conteúdo da notícia leva a crer que foi por motivo passional, por serem ex companheiros e terem discutido antes do crime ser cometido.

⁶ Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/mulher-e-assassinada-a-tiros-dentro-de-residencia-na-fronteira/> . Acesso em: 5 jun. 2023.

- Irmãs sequestradas são encontradas queimadas e sem cabeça⁷
 - A. Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, há apenas a menção ao sequestro das vítimas e a morte do cachorro de estimação.
 - B. Há contexto de um caso de feminicídio? Não, como também não são evidenciadas as circunstâncias que poderiam motivar o sequestro e o assassinato das vítimas.
 - C. Houve atualização de informações ou desdobramentos? Novamente, durante todo o levantamento realizado no Ponta Porã Informa, não encontramos conteúdo com atualizações sobre esse caso.
 - D. A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios de culpabilização das vítimas, nem referência sobre possíveis justificativas para o crime ter acontecido com tanta brutalidade. E, ainda assim, observamos a revitimização das irmãs, pois há fotografia que evidencia os corpos carbonizados dentro da carroceria. É possível identificar até mesmo a posição em que foram colocadas antes de terem ateadado fogo. De que maneira uma imagem assim respeita as vítimas? Mais além, publicá-las é necessário para qual finalidade?

- Na fronteira, mulher morre ao ter cabeça esmagada por pedra⁸
 - A. Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, apesar do contexto da notícia ser sobre um corpo assassinado, sequer menciona o próprio homicídio como possibilidade.
 - B. Há contexto de um caso de feminicídio? No texto não é possível identificar quais foram as circunstâncias da morte da mulher. A possibilidade de um feminicídio existe pela maneira que ela foi encontrada, com o rosto desfigurado por pedradas.

⁷ Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/fronteira-irmas-sequestradas-sao-encontradas-queimadas-e-sem-cabeca/> Acesso em: 6 jun. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/na-fronteira-mulher-morre-ao-ter-cabeca-esmagada-por-pedra/> Acesso em: 5 jun. 2023

-
- C. Houve atualização de informações ou desdobramentos? Não, mesmo no levantamento realizado não encontramos novas publicações a respeito desse caso específico.
- D. A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios de culpabilização, pois sequer o contexto da morte foi esclarecido para que houvesse um suspeito ou motivação para o crime.
- Mulher baleada após discussão morre no hospital em Ponta Porã⁹
- A. Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, na verdade essa notícia foi escolhida sob uma névoa de dúvidas a respeito do contexto da morte, pois não deixa claro se a vítima foi assassinada após ter o celular roubado e ela reagiu ou se o motivo foi a discussão sobre um roubo de celular - dela ou de outra pessoa.
- B. Há contexto de um caso de feminicídio? Devido a ambiguidade das informações, é possível dizer que sim ou que não. Sim, para o caso de a morte ter sido cometida por causa da discussão e, movido pela raiva, atirado contra a vítima para matá-la. Não, para o caso de ser um roubo seguido de morte, em virtude da reação da vítima.
- C. Houve atualização de informações ou desdobramentos? Assim como nos casos anteriores, não. Em nenhum momento houve nova publicação com o que foi apurado sobre a morte da vítima, tampouco noticiamento anterior sobre as circunstâncias do roubo do celular.
- D. A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? Não há indícios de culpabilização da vítima, pouco se sabe sobre o autor dos disparos para que ele obtivesse a relevância. O texto, em sim, parece uma descrição do fato como se fosse para registro de boletim de ocorrência, com data, hora e local evidenciados. Nessa matéria, ao menos, não há imagens que revitimizem a mulher assassinada. No entanto, faltam elementos para

⁹ Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/mulher-baleada-apos-discussao-morre-no-hospital-em-ponta-pora/> Acesso em: 6 jun. 2023

compreender o que aconteceu antes da morte para classificar, ou não, como feminicídio.

- AGORA: Duas mulheres são assassinadas em Ponta Porã¹⁰
 - A. Há tipificação de feminicídio no texto ou título? Não, menciona apenas o assassinato de duas mulheres, com ênfase no “agora” presente no título.
 - B. Há contexto de um caso de feminicídio? No corpo da notícia não se fala em feminicídio, ou assalto, ou morte encomendada. Apenas menciona quem eram as vítimas a partir de indicações de fontes, possivelmente conhecidas das vítimas.
 - C. Houve atualização de informações ou desdobramentos? Essa foi a única notícia que obteve publicação posterior com mais detalhes do acontecimento, porém era reprodução de um veículo de Campo Grande que o cita como caso de feminicídio logo no título, inclusive aponta o assassino de ambas as vítimas.
 - D. A vítima foi culpabilizada? Ou recebeu mais destaque do que quem cometeu o feminicídio? O texto é curto e com informações breves e superficiais sobre o acontecimento. Muito se assemelha com uma pequena chamada sensacionalista em redes sociais para gerar cliques e audiência. Outro apontamento a ser feito é sobre a fotografia publicada de uma das vítimas: retira a dignidade e a história quando a expõe deitada em uma calçada e com um lençol qualquer por cima para esconder o corpo. Estar com algo tampando não reduz a revitimização da mulher, uma vez que ela está em um cenário de vulnerabilidade extrema.

Nosso resultado apresentou dados importantes, mas já esperados: não há formação acadêmica entre os colaboradores do jornal, Prado é jornalista por experiência e a autora das notícias é advogada. Além disso, os recursos financeiros são escassos para manter a estrutura, oriundos sobretudo de

¹⁰ Disponível em: <https://www.pontaporainforma.com.br/agora-duas-mulheres-sao-assassinadas-em-ponta-pora/> Acesso em: 6 jun. de 2023.

anúncios publicados no jornal e nos programas gravados para a página no *Facebook*. Também há a problemática do fácil acesso às armas de fogo, por causa da fronteira livre e vendas liberadas no lado paraguaio, que podem contribuir para que aconteçam mais feminicídios e homicídios.

E percebemos que as pautas sobre violência contra a mulher não são aprofundadas por escolha do jornal, tanto por medo de represálias, quanto pela relação distanciada entre os órgãos de segurança e a imprensa. Assim como observado na pesquisa anterior a esta (FLÔR, 2022), apresentada neste Congresso em 2022, não há atualização sobre os casos já publicados, explicado por Prado (2023) que acontece por influência do distanciamento que há entre jornalistas e fontes policiais. No entanto, um dos principais pontos a serem evidenciados diz respeito às imagens que acompanham os textos noticiosos: as mulheres são revitimizadas por terem expostas as fotografias de seus corpos; são praticamente explícitas e não agregam na informação redigida, pelo contrário, podem trazer ainda mais traumas e dor aos familiares e amigos das vítimas que acessarem as imagens.

Considerações finais

A proximidade e a convivência com a cultura miscigenada de Ponta Porã permitiu que fosse possível vislumbrar as qualidades e as problemáticas de um espaço multicultural. Por possuir a própria territorialidade e identidade que sustentam uma riqueza de tradições e características particulares, podemos dizer que também baseiam preconceitos e violências oriundas de um processo histórico e social. Mesmo que este trabalho tenha discutido sobre a violência contra a mulher, ainda existe o racismo, a xenofobia, o classicismo, a homofobia e tantas outras abas de preconceitos que se fazem presentes em Ponta Porã e que são pouco discutidas e observadas, tanto pela sociedade quanto pela academia.

Dentre os objetivos que nos propusemos a tentar alcançar, se são demonstradas as relações entre territorialidade e feminicídio na Comunicação, damos conta de compreender que, em certa medida, sim - quando a violência é tratada como passional, com motivações emocionais e sentimentais que

poderiam justificar uma atitude impulsiva de matar alguém. Ao contrário do que está no contexto de Ponta Porã, em que mortes são encomendadas e planejadas, um feminicídio permanece no espaço de assassinato por impulso. O que não é verdade, haja visto que é antecedido por outras violências até que chegue ao ápice. Contudo, foi possível perceber que a morte por misoginia é melhor compreendida quando há o contexto de violência doméstica, não sendo cogitada em outras circunstâncias - como vimos nos casos de corpos de mulheres encontrados em terrenos baldios.

Para além de questões de violência e de gênero que rodeiam este trabalho, é imprescindível mencionarmos sobre o processo jornalístico precário no qual o veículo que escolhemos está inserido - não pelo profissional que o coordena, mas por ser um único indivíduo que é responsável por ser o editor-chefe, redator, repórter, empresário, fotógrafo, radialista, social mídia, produtor e tantas outras funções que estão incluídas no fazer jornalístico. Além da própria falta de outros profissionais qualificados para trabalharem na manutenção do jornal, visto que os conteúdos publicados foram escolhidos por pessoas de outras áreas, sem conhecimento necessário e suficiente sobre jornalismo informativo, por exemplo.

Nos casos averiguados neste trabalho, percebemos que para além de iniciativas governamentais que objetivam o combate à violência contra a mulher, é necessário que haja, primeiro, a instrumentalização da imprensa que está presente na fronteira, com promoções de cursos para capacitação e investimento em formação. Acreditando que a educação pode ajudar a transformar esta situação, poderiam ser desenvolvidas atividades que ensinassem a identificar e abordar acontecimentos de violência contra a mulher. Inclusive, com publicação e envio de manual de redação para coberturas policiais - que revitimizam não apenas mulheres, mas também outras vítimas ao serem expostas em fotografias ou vídeos publicados de maneira mórbida e sensacionalista pelos jornais fronteiriços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como

circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm . Acesso em 28 jun. 2023.

BUENO, Samira, et al. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil** - 3ª edição - Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-201-v3.pdf> Acesso em 28 de jun. de 2023.

FLÔR, Rafaela Alvarenga; OTA, Daniela. Feminicídio e Fronteira:: uma análise da cobertura jornalística em Ponta Porã (MS). **45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://www.portintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0706202215060562c5cf0d92e80> Acesso em: 26 jun. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 210p.

_____. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. 395 p.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. 598p.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019. 398 p. ISBN 9788569924463.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marco Aurélio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437> . Acesso em: 13 jul. 2023.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. 1ª ed. Madrid, Traficantes de Sueños, 2016. 200p.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999. 178p.

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES DE MATO GROSSO DO SUL. **Mapa do Feminicídio**, 2021. Disponível em <https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/MAPA-DO-FEMINICIDIO-2020.pdf> Acesso em 28 de jun. 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

YIN, Robert. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 290p.